

# Aljezur manifesta preocupação com a chegada “mono agricultura” do abacate ao concelho

1 de Setembro, 2020

O presidente da Câmara Municipal de Aljezur, José Gonçalves, manifestou ao ministro do Ambiente e à ministra da Agricultura, a sua preocupação com a situação da intensificação do período de seca a que o território, especialmente o barlavento algarvio e mais especificamente na região de Aljezur, se encontram.

Em comunicado, o município declara que a “situação tem vindo a agravar-se”, nos últimos anos, assim como as “fortes preocupações com as alterações climáticas, que se impõem na ordem do dia e naturalmente, são transversais”, pelo que “vemos com alguma preocupação, a vinda de culturas a serem implementadas no nosso concelho, nomeadamente a implementação do cultivo do abacate, em vários locais do nosso território, em zonas de alguma sensibilidade ambiental, junto a linhas de água e ribeiras”. Assim, a transformação e intensificação de culturas agrícolas, no perímetro de rega, começa a “criar alguma pressão e transformação, com preocupações acrescidas, por termos um Perímetro Rega do Mira, dentro de um Parque Natural”, alerta o autarca.

Segundo o mesmo comunicado, as “unidades” de produção intensiva, além de causarem “polémica”, estão a ter as suas consequências numa altura de seca extrema, existindo, por parte da CCDR Algarve, o entendimento de que estes de que “existe fundamento para a sujeição de alguns destes projetos a uma AIA (Avaliação de Impacte Ambiental)”. E a APA, enquanto Autoridade Nacional de AIA e Autoridade Nacional da Água, considera que “a instalação dos pomares em análise e de outras pretensões do mesmo tipo, tem potencial para gerar impactos negativos sobre os recursos hídricos, podendo afetar também outros fatores ambientais”. Além disso, a Agência considera também que “as intervenções extensivas em área sensíveis, nomeadamente em pleno Parque Natural Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, nomeadamente com despedregas e mobilização de solos, potenciam a redução da capacidade de infiltração, o que é suscetível de reduzir as disponibilidades hídricas subterrâneas e afetar a sua qualidade”.

O município relembra que a Resolução do Conselho de Ministros coloca sempre a “necessidade de preservação, compatibilização, salvaguarda... dos valores ambientais e os recursos naturais”.